

A Cooperação Militar Brasileira e sua contribuição para a integração ibero-americana

Rogério Marques Nunes*

Introdução

A Comunidade Ibero-Americana de Nações é formada por 22 países, sendo 19 das Américas do Sul e Central (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e três da Península Ibérica (Andorra, Espanha e Portugal). Criada com a finalidade de estimular avanços em temas políticos, econômicos e culturais, tem o Brasil com um dos principais prestadores de cooperação.¹

O Brasil está presente em diversos mecanismos inter-regionais, o que o coloca em contato com países de todos os continentes. Sendo assim, a participação internacional brasileira ocorre dentro de princípios, em que a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade são fatores preponderantes, pois estão delineados no artigo 4º da Constituição Federal.

O caminho atual do sistema internacional indica a multipolaridade. Nesse

contexto complexo, em que o sistema multipolar² toma forma, a área de Defesa é de fundamental importância, aliada a uma diplomacia eficiente. No pronunciamento do ministro da Defesa, Raul Jungmann, realizado em setembro de 2016, essa assertiva foi corroborada. Na ocasião, o ministro ressaltou que:

Sempre definimos nosso entorno geográfico como um espaço de cooperação e desenvolvimento. Ao contrário de todas as intuições realistas, imbuídas de uma lógica de soma zero de poder, o Brasil visualiza esse entorno estratégico como um espaço de soma positiva, como um jogo em que todos ganham, no qual a perda de um é a perda de todos em seu conjunto.

Em síntese, visualizamos nosso entorno geográfico no contexto de uma visão de mundo multipolar. Nosso entorno geográfico é um polo de poder, que queremos constituir como uma área de paz, desenvolvimento e cooperação, uma zona de estabilidade político-estratégica, sem ingerências externas, em um mundo instável.(JUNGMAN, 2016) (grifo do autor)

Nesse sentido, o espaço ibero-americano é importante para o Brasil, não só

por ocupar grande porção do território sul-americano e por conviver harmonicamente com seus vizinhos na busca de interesses comuns, mas, sobretudo pela capacidade de projeção no continente europeu, graças ao compartilhamento com Portugal e Espanha de uma identidade construída ao longo de muitos anos. Portanto, é essencial a dedicação pelo Brasil a essa maior aproximação e ao estreitamento de laços de confiança para aprofundar a integração mútua em diversas áreas desse espaço.

Na atualidade, o Brasil vive um momento importante de aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais com diversos países e blocos de países, o que reforça o sentido de cooperação internacional que pode efetivamente exercer como importante protagonista global. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo apresentar brevemente o espaço ibero-americano e a realização de atividades que reforçam o estabelecimento de confiança mútua entre os diversos países, concluindo sobre as principais vantagens e oportunidades para o Brasil em pertencer à Comunidade Ibero-Americana, em particular na sua vertente de Defesa.

Desenvolvimento

Antecedentes

Historicamente, a formação e a evolução política do Brasil estiveram muito ligadas a Portugal, como consequência natural de antiga Metrópole, mas também à Espanha. Muitas passagens históricas relatam os feitos e mais aproximam do que afastam o Brasil desses dois países que compartilham a Península Ibérica. Resumidamente, po-

dem ser citados o período da União Ibérica (1580-1640) bem como os diversos tratados de limites entre Portugal e Espanha, que culminaram na conformação do atual traçado fronteiriço brasileiro (CUNHA, 2012, p. 19-46).

Nesse sentido, a consolidação da base territorial brasileira e a sua efetiva demarcação fronteiriça, trabalho hercúleo de antepassados, permite que o Brasil usufrua, no presente, boa aceitação e excelente potencial de integração em relação a seus vizinhos ibero-americanos. Essas são as condições psicossociais importantes para se lograr êxito na construção de uma identidade ibero-americana, em que o Brasil pode contribuir de maneira efetiva nesse espaço internacional.

O surgimento de conceitos acadêmicos e científicos, em especial no campo de estudo das Relações Internacionais, permite que a apresentação seja realizada sob uma ótica contemporânea da integração ibero-americana, como um espaço de convívio cooperativo.

O termo “cooperação” é muito utilizado na disciplina de Relações Internacionais. Portanto, cabe delimitá-lo, pois seu uso pode ser abrangente. Assim, segundo o Dicionário de Relações Internacionais (SOUSA, 2005, pág. 53), encontra-se a palavra definida da seguinte forma:

Cooperar é agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. **O sucesso na obtenção deste objectivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores, a elaboração em comum de um**

* Cel Cav (AMAN/89, EsAo/97, ECEME/05), especialista em Relações Internacionais (Universidade Candido Mendes/10). Atualmente, exerce a função de instrutor na Escola Superior das Forças Armadas do Reino da Espanha.

conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das acções, a participação activa de todos os elementos etc. (grifo do autor)

Nessa vertente, é conveniente destacar que, segundo Coelin ([200?])

O termo cooperação, tomado em seu sentido mais amplo, constitui atualmente a essência da prática diplomática entre países amigos, tanto no plano bilateral quanto no multilateral.

A atividade diplomática é tão antiga quanto a organização social humana e está assim definida (SOUSA, 2005, pág. 64):

Actividade formal de um Estado frente a outros Estados. **Sendo uma das instituições fundamentais do sistema internacional, constitui um dos instrumentos da política externa, utilizado para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos plurilaterais de carácter pacífico entre governos de diferentes Estados e outras entidades, através do emprego de intermediários mutuamente reconhecidos entre as partes** (Calvet de Magalhães). As suas principais funções são: representação externa, reforçando a existência de um sistema de Estados e as suas regras; informação, através da recolha e transmissão da informação entre diferentes Estados, promovendo a comunicação entre os detentores do poder político; negociação, nomeadamente de acordos internacionais, minimizando os efeitos de fricções nas Relações Internacionais; promoção e protecção dos interesses do Estado acreditante junto do Estado receptor e extensão do serviço público, assegurando o acesso a estes serviços, no Estado receptor, aos nacionais do Estado acreditante. (grifo do autor)

Nessa linha de pensamento, coerente com os conceitos anteriores, surge a união de interesses diplomáticos e de cooperação no universo ibero-americano. Assim, são buscados objetivos comuns baseados nos valores e anseios compartilhados pelos países constituintes. Esse sentimento mútuo se tornou efetivo em uma primeira reunião de países ibero-americanos, realizada em 1991, quando ocorreu a I Cúpula de Presidentes e Chefes de Governo. Essa I Cúpula possibilitou a criação da Conferência Ibero-Americana e da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

Naquela ocasião, foi declarado que, pela primeira vez na História, estavam reunidos para verificar conjuntamente os grandes desafios que confrontavam seus países em um mundo de transformação. Para isso, foi proposto harmonizar a vontade política de tais governos para propiciar as soluções que esses desafios requerem e, assim, converter o conjunto de afinidades históricas em um instrumento de unidade e desenvolvimento baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade. Também foi reconhecido o vasto conjunto de nações que compartilham suas raízes e um rico patrimônio de cultura fundada na soma dos povos, crenças e sangue diversos, bem como a decisão de projetar ao terceiro milênio a força dessa Comunidade.³

Se por um lado, para o Brasil, é recente a aproximação ibero-americana, para a Espanha, é uma realidade já há bastante tempo, sendo considerada uma peça-chave na sua ação exterior, na qual as Forças Armadas espanholas são um importante instrumento. Nesse sentido, pode ser verificado por Veloso (2008, pág. 111) que na Ibero-América:

Este interesse não só é palpável nos sólidos vínculos culturais e afetivos que vêm desde mais de 500 anos, mas de uma forma material se manifestam nos 70 bilhões de dólares desembolsados pelas empresas espanholas na região no período 1996-2000, o que coloca a nossa nação como o segundo investidor na mesma. As intensas relações de ordem política, cultural e, certamente, de uso da mesma língua, são o fruto de vários séculos de História comum que deixaram uma marca de enorme valor para nossa situação atual. **A cooperação militar com esta região está aumentando gradualmente e deveria seguir assim para equilibrar o valor de nossa estratégia militar em uma área só aparentemente distante fisicamente, e muito próxima a nossos interesses, com as outras estratégias que realiza Espanha.** (tradução e grifo do autor)

Por outro lado, uma possível convergência de interesses entre a Comunidade Ibero-Americana de Nações e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) como um projeto futuro pode ser importante para a projeção brasileira. Nesse raciocínio, o aumento de cooperação em um espaço geopolítico intercontinental, com mais de 600 milhões de pessoas em ambos os lados do Atlântico Sul, é de proporções consideráveis e abre um grande leque de oportunidades, em especial na área de Defesa (VELOSO, 2008, pág. 114).

No enfoque militar, verifica-se que é na educação, onde surgem as melhores perspectivas de cooperação. Conforme constata Veloso (ibidem, pág. 119):

O campo do ensino merece um tratamento próprio. As atividades que vão desde a formação, o aperfeiçoamento e a instrução de alunos, tanto espanhóis como ibero-

-americanos, até o intercâmbio de instrutores ou de oficiais de ligação nas escolas militares, passando pela celebração de seminários sobre a evolução ou adaptação das Forças Armadas no novo entorno de segurança, constituem verdadeiros multiplicadores de força de cooperação com a Ibero-América na área militar, onde é necessário realizar um forte esforço. (tradução e grifo do autor)

Dessa forma, é a área da educação militar que se apresenta em excelentes condições para a participação brasileira em ambas as comunidades, seja na Ibero-Americana, seja na CPLP. Isso é devido à excelência alcançada pelos estabelecimentos de ensino brasileiros nos diferentes níveis (formação, aperfeiçoamento e altos estudos). Essa qualidade pode ser constatada no resultado de pesquisa realizada junto a ex-cadetes de nações amigas da CPLP, formados pela Academia Militar das Agulhas Negras em dados compilados por ARAÚJO (2014, p. 56), onde é verificado que:

Os ex-cadetes destacaram os seguintes aspectos como positivos no ensino militar na AMAN: **o intercâmbio com militares de outras nações, a elevada qualidade da instrução militar ministrada, a dedicação dos instrutores, a formação conectada com os assuntos da atualidade, a vasta gama de conhecimentos militares ensinados, a chance de aprender uma nova forma de treinamento e a oportunidade de o cadete de nação amiga exercer funções de comando durante a realização do curso.** (grifo do autor)

Assim, pode ser comprovado que a vertente da educação militar é uma grande oportunidade para o Brasil continuar

avancando no aprofundamento de laços já existentes com as nações amigas que miram o país como importante ator no contexto internacional. Além disso, aumenta a capacidade de gerar vínculos permanentes entre estados, em que são compartilhados conhecimentos e valores, bem como é promovida a salutar interação institucional e pessoal.

O modelo espanhol de cooperação

O Curso de Altos Estudos Estratégicos para Oficiais Ibero-americanos (CAEEOSI) surgiu no ano de 2002, com a atribuição da missão ao Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional (CESEDEN), seguindo as orientações da Secretaria Geral de Política de Defesa, do Ministério de Defesa da Espanha. Sua organização tem a finalidade de facilitar o conhecimento pessoal de oficiais superiores pertencentes às Forças Armadas das nações ibero-americanas, além de permitir a compreensão de diferentes pontos de vista em relação aos temas de segurança e defesa, como também de alcançar um certo nível de pensamento comum que contribua para sua formação e para a consolidação da Comunidade Ibero-Americana de Nações (VELOSO, 2008, pág. 144).

No ano de 2016, o Curso atingiu a sua 15ª edição e contou com a participação dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Espanha (anfitriã), Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela; totalizando 39 oficiais. Mantendo a sua característica desde que teve início, com pequenas variações devido à experiência acumulada, foi desenvolvido ao longo de

sete semanas, nos quais se exploraram os seguintes módulos temáticos: Situação Mundial; Economia e Indústria de Defesa; Planejamento de Defesa; e Cultura e Sociologia de Defesa.

Ao desenrolar do curso, foram proferidas palestras por autoridades do primeiro escalão do governo espanhol e por especialistas nos temas propostos. As atividades foram complementadas com visitas a centros de interesse, unidades militares e instituições da administração espanhola e europeia.

No XV Curso, foram realizadas três viagens de estudos. A primeira contemplou a região da Andaluzia, porção sul da Espanha — as cidades de Sevilha, Cádiz e Córdoba —, onde foram visitadas a empresa de aviação Airbus e unidades militares ali localizadas, como a Brigada de Infantería Mecanizada “Guzmán el Bueno X”, a Base Naval de Rota, a Base Aérea de Morón, além de ser visto o material militar empregado pelas tropas ali aquarteladas.

Na segunda viagem, houve um intercâmbio acadêmico na Universidade de Salamanca, onde participou uma representação de Portugal composta por integrantes do corpo diplomático e pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN) daquele país. Por fim, o coroamento foi a viagem de estudos a Bruxelas, onde foram visitados o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Quartel-General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O CAEEOSI está dentro da Estratégia de Ação Exterior espanhola, em que, devidamente colocado em sua Política e Diplomacia de Defesa, tem por objetivo o fortalecimento da Comunidade Ibero-Americana de Na-

ções. Nesse sentido, o financiamento do curso é buscado por intermédio de parcerias, na qual se destaca a Fundação Carolina.⁴

Cabe destacar que o sistema de ensino adotado contribui para o bom convívio formado pelos participantes do curso, já em fase de maturidade em suas carreiras, pois todos são coronéis ou generais. Dessa maneira, permite que se formem vínculos importantes, os quais reforçarão, no futuro próximo, junto aos decisores de seus respectivos países, os laços de confiança necessários para o exercício de uma diplomacia de defesa efetiva e consistente, gerando resultados positivos para todos.

Nesse contexto, verifica-se que o CAEEOSI é referência para uma iniciativa que

poderá também ser conduzida pelo Brasil e direcionada aos países da Comunidade Ibero-Americana de Nações. A experiência já existe na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), com o Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), realizado no idioma inglês e dirigido a oficiais de exércitos de nações amigas.

Perspectivas futuras para o Brasil

A participação do Brasil em todos os fóruns internacionais sobre Defesa é de suma importância, em particular se o país deseja ter maior protagonismo no cenário mundial atual. Nesse sentido, inúmeros são os caminhos que poderão ser seguidos para facilitar maior divulgação e projeção do



Figura 1 – Início do XV CAEEOSI em 18 Abr 16

Fonte: CESEDEN⁵

trabalho realizado pelo militar brasileiro em prol do desenvolvimento de uma diplomacia de defesa. Para isso, um subsídio importante é a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), a qual estabelece as orientações básicas, de caráter geral, para o planejamento e ações das atividades afetas ao Exército Brasileiro (EB).

A DAEBAI tem como princípios norteadores a Política Externa Brasileira, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, bem como as Diretrizes do Ministério da Defesa. Assim, é um documento que trata de forma objetiva as atividades do EB na área internacional, o que facilita significativamente o esforço a ser empreendido.

Entre as normas gerais da DAEBAI, está definida a Diplomacia Militar, a qual está a seguir conceituada:

A Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial. Para o Exército Brasileiro, são propósitos da Diplomacia Militar: a) contribuir para manter a ordem global estável, mediante a participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais; b) apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas; c) facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais; d) ampliar as oportunidades de fortalecimento da indústria nacional de produtos de defesa, para reduzir a dependência tecnológica e superar as restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis; e e) contribuir para a capacitação pro-

fissional dos integrantes da Força Terrestre. (DAEBAI, 2016, pág. 15)

As iniciativas no Brasil propostas pela DAEBAI compreendem as atividades em idiomas estrangeiros, a condução de exercícios e competições militares, bem como a implementação da função de assessor militar para assuntos internacionais.

Uma linha importante de projeção é a capacidade da educação militar desenvolvida nos diversos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas, nos quais as escolas de formação de oficiais e de praças têm atuação destacada, bem como os demais institutos de ensino e pesquisa, ligados à Marinha, ao Exército e à Força Aérea Brasileira. Todos esses centros de excelência são responsáveis pelo intercâmbio e troca de experiências em nível de igualdade com países de longa tradição, como os Estados Unidos, França, Reino Unido e Espanha. Assim, aumentar a capacidade de oferecer maior número de vagas no Brasil a países interessados, bem como desenvolver cursos direcionados especificamente à Comunidade Ibero-Americana de Nações e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, pode ser importante para consolidar a projeção brasileira já adquirida na comunidade internacional.

A participação exitosa nas missões sob o escudo da Organização das Nações Unidas (ONU) também projeta positivamente a imagem do Brasil. Nesse sentido, a contribuição à United Nations Interim Force In Lebanon (UNIFIL), onde Brasil e Espanha trabalham conjuntamente, é um excelente instrumento de projeção internacional do país, além de concorrer para a contínua preparação dos

militares envolvidos com essa experiência adquirida.

Atualmente, a presença de dois oficiais instrutores brasileiros na Escola Superior das Forças Armadas,⁶ subordinada ao CESEDEN, os quais são os únicos estrangeiros nessa condição na estrutura desse Centro, aumenta a importância atribuída à participação brasileira em instituições das nações amigas, em especial, na Espanha. Da mesma forma, dá maior visibilidade ao Brasil junto aos militares e civis que buscam a Espanha para realizar cursos, seminários e eventos acadêmicos na área de defesa. É uma excelente

projeção graças ao interesse espanhol em intercambiar conhecimento e experiência no espaço de sua diplomacia de defesa.

Um fato digno de nota é a presença de oficiais brasileiros em centros de estudos e investigação de nível político-estratégico dos países sul-americanos, como a Escola de Altos Estudos Nacionais da Bolívia e o Centro Regional de Estudos Estratégicos da Colômbia. Nesses locais, graças a sua vivência e experiência pessoal, os militares desempenham atividades que colaboram para uma efetiva presença e integração estratégica do Brasil com seus vizinhos do entorno geográfico.

A existência da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (CMBP), com mais de 20 anos de exitosa experiência junto a esse país amigo e com grande legado recebido da então Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, constitui uma excelente referência para a integração com



Figura 2 – Conclusão da preparação de contingente brasileiro integrante da UNIFIL, incorporado à Brigada de Infantería Mecanizada “Guzmán el Bueno X”, sediada em Córdoba

Fonte: ADIDEFEX Espanha

as Forças Armadas de outros países da Comunidade Ibero-Americana de Nações (NU-NES, 2015, p. 895).

Tangente ao contexto ibero-americano, cabe assinalar que, além das iniciativas propostas pela DAEBAI, existe um crescente interesse de outros países em assessoria militar brasileira, como se pode verificar nas recentes missões iniciadas nos anos de 2016 e 2017:

- Senegal – Missão Brasileira de Cooperação em Engenharia Militar;
- Guiné-Bissau – Assessoria Militar no Escritório Integrado de Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNIOGBIS, sigla em inglês);
- Timor Leste – Assessoria Militar ao Ministro da Defesa.

Essa demanda é devida ao grande êxito obtido pelas Forças Armadas nas diversas

missões internacionais em que toma parte e reforça a necessidade da ação conjunta que deve existir entre os agentes do Estado brasileiro envolvidos, pois projeta a imagem positiva do Brasil na esfera internacional. Nesse sentido, cabe destacar o proferido por David Harland, ex-diretor da Europa e América Latina do Escritório de Operações do Departamento de Operações de Paz da ONU, sobre a atuação brasileira no Haiti:

[...] um tipo especial de tropa, difícil de encontrar nas missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo, pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem conhece ou tem contato com ela. (2008 apud CUNHA, 2012, pág. 287)

Outra vertente relevante que se abre aos países com que o Brasil coopera é a da área de produtos de defesa (PRODE). O desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e uma política de comércio exterior voltada com mais interesse aos produtos de defesa brasileiros é, ainda, uma tarefa que necessita especial atenção para ampliar a competitividade desses produtos frente ao mercado internacional.

Conclusão

Os antecedentes mostram que, desde sua concepção, a Comunidade Ibero-Americana já nasceu com uma visão cooperativa e de união de esforços, dentro de um mundo que caminha à multipolaridade. Portanto, a participação brasileira é condição justa, de acordo com a importância e o peso político

do país vivido internacionalmente, coerente, é claro, com os preceitos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88) no que toca às relações internacionais do Brasil.

Inicialmente, verifica-se que a comunidade de História, valores e tradições facilita sobremaneira a integração ibero-americana. Dessa forma, o empreendimento de ações que favoreçam e fortaleçam a cooperação entre os países da Comunidade Ibero-Americana poderá ser vantajoso ao Brasil, principalmente em longo prazo.

Ao decorrer desta breve investigação, se pôde constatar que a vertente da educação militar é um ponto importante de convergência de interesses e que proporciona um intercâmbio que permite a troca de experiências entre países e projeta a presença brasileira no cenário internacional. Nesse campo, a exploração das atividades já em curso, bem como o direcionamento de cursos específicos para países integrantes da Comunidade Ibero-Americana, pode ser uma iniciativa promissora para o Brasil, pois o conhecimento e a capacidade já existem para levar a cabo esse projeto, tornando-se uma oportunidade a ser implementada.

De todas as formas, a vantagem de propor e levar a efeito iniciativas de cooperação e integração, seguindo os princípios preconizados no artigo 4º da CF/88, trazem ao Brasil um papel de protagonismo na condução da política de defesa sul-americana, um espaço primordial para a própria Defesa brasileira. Além disso, promove a necessária coesão interna no continente, ou seja, no entorno estratégico brasileiro, o que estabiliza relações e promove o entendimento para o desenvolvimento de todos os países vizinhos.

Sendo assim, a Comunidade Ibero-Americana é um espaço que tende a crescer de importância, mormente com a capacidade de articulação que o Brasil poderá dar a esse segmento de sua política internacional. Nesse sentido, o modo de atuação, a capacidade de integrar e direcionar esforços bem como a condução da política exterior e de defesa da Espanha são referências relevantes a serem consideradas em qualquer estudo a respeito desse tema.

Por fim, o artigo procurou trazer à tona uma pauta considerada interessante no

tocante à maior inserção do Brasil nas decisões tomadas em nível internacional, em particular as ligadas à defesa. A contribuição brasileira tem sido grande nos últimos anos, principalmente nas missões de manutenção da paz, em que concorre com um crescente número de militares como observadores, assessores e mantenedores da paz em todas as áreas do planeta. Nesse propósito, as Forças Armadas são uma referência a ser seguida e podem continuar contribuindo sobremaneira junto à Diplomacia para a projeção positiva do Brasil na comunidade internacional. 🌐



Figura 3 – Palestra proferida pelo embaixador Antonio Simões, no CESEDEN, em 16 Jan 17
Fonte: ADIDEXFEX Espanha

Referências

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Resende: Acadêmica, 2008.

ARAÚJO, Hélio Dias de. **Cooperação Militar Brasil-África: formação de cadetes de nações amigas na Academia Militar das Agulhas Negras**. 2014. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro-RJ, 2014.

ÁVILA, João Augusto Vargas. **A atual Política Externa Brasileira: impactos e implicações para a Política de Defesa Nacional no entorno estratégico**. 2015. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

BARTOLOMÉ, Mariano César. *La cooperación entre España e Iberoamérica en el campo de la defensa: dos casos de estudio*. **Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública**, Santiago, Chile, vol. XIII, núm. 23, 2015, pp. 31-48. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/960/96043202003.pdf>. Acesso em 18 Out 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República (Casa Civil). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 1º Out 2016.

BRASIL. Portaria nº 1258, de 9 de dezembro de 2013. Estabelece as condições de funcionamento do Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), e dá outras providências. **Boletim do Exército nº 50**, de 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 17 Fev 17.

_____. Portaria nº 1082, de 11 de agosto de 2015. Designa o Coronel Marcio Tomaz de Aquino para desempenhar a função de Assessor Militar de Engenharia junto ao Exército Senegalês. **Boletim do Exército nº 36**, de 4 de setembro de 2015. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 18 Jan 17.

_____. Portaria nº 566, de 25 de maio de 2016. Designa o Cel Inf Paulo Roberto Coriolano para desempenhar a função de Professor/Pesquisador no Centro Regional de Estudos Estratégicos, em Bogotá, na República da Colômbia. **Boletim do Exército nº 22**, de 3 de junho de 2016. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 18 Jan 17.

_____. Portaria nº 39-DCEM, de 1º de junho de 2016. Agregar por ter sido designado para a Missão de Assessor Militar junto ao Ministro da Defesa do Timor Leste, o Cel Cav José Ricardo Pinto de Albuquerque Cavalcante. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 Jun 16. Seção 2, p. 10. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/117926414/dou-secao-2-13-06-2016-pg-10>. Acesso em 17 Jan 17.

_____. Portaria nº 1287, de 6 de outubro de 2016. Designa o Cel Inf Marcos André Gueiros Taulois para desempenhar a função de Instrutor na Escola de Altos Estudos Nacionais, em La Paz, no Estado Plurinacional da Bolívia. **Boletim do Exército nº 41**, de 14 de outubro de 2016.

Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 18 Jan 17.

_____. Portaria nº 90/GM/MD, de 09 de janeiro de 2017. Designa o Coronel Olyntho Alves Gomes de Sá para exercer função de natureza militar no Escritório Integrado de Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNIOGBIS). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 Jan 2017. Seção 2, p. 7. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/134390596/dou-secao-2-16-01-2017-pg-7>. Acesso em 17 Jan 17.

_____. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Portaria nº 184 de 2 de março de 2016 (EB10-D-01.006). Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em 2 Out 16.

CAMPOS, Paulo Cesar de Oliveira. Relatório de Gestão. **Senado Federal**, Brasília. Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=168878&tp=1>. Acesso em 22 Jan 17.

COELIN, Saulo Arantes. O Brasil na CPLP: uma modalidade de cooperação Sul-Sul. **Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores**, Brasília-DF, [200?]. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-4.pdf>. Acesso em 23 Jan 17.

CUNHA, James Bolfofi da. **Jaguarão e os Militares – Dois Séculos na Fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

DIPLOMACIA de Defesa – La Defensa em la Acción Exterior del Estado. **Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE)**, Jan. 2016. Disponível em: <www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2016/DIEEET01-2016_DiplomaciaDefensa.pdf>. Acesso em 12 Out 16.

ENCERRAMENTO da fase de adestramento do Contingente da UNIFIL. **EB em Revista**, Brasília, 10 Nov 16. Disponível em: <www.eb.mil.br/web/resiscomsex/internacional/>. Acesso em 15 Dez 16.

FUNDACIÓN CAROLINA. *Información Institucional*. **Becas AEEOSI**. Madrid, 2016. Disponível em: <www.fundacioncarolina.es/formacion/estudios-institucionales/>. Acesso em 20 Fev 17.

JUNGMANN, Raul. Defesa, Desenvolvimento e Democracia na América do Sul. **Aula Inaugural do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, no V Curso Avançado de Defesa Sul-Americano**, Rio de Janeiro, 19 Set 16. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2016/pronunciamento/aula_inaugural__jungmann_v_cadsul.pdf>. Acesso em 22 Dez 16.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Conferência Ibero-Americana**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3678-conferencia-ibero-americana>. Acesso em 30 Set 16.

_____. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>. Acesso em 30 Set 16.

MINISTERIO DE DEFENSA. *Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN)*. **Información XV Curso Altos Estudios Estratégicos para Oficiales Superiores Iberoamericanos**. Madrid. 2016.

NUNES, Rogério Marques. Cooperação Brasil-Angola. **Revista Militar**, Lisboa, Portugal, n. 2566, p. 891-907, nov. 2015. Disponível em: <www.revistamilitar.pt/artigo/1063>. Acesso em 20 Jan 17.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 2000, v. 43, n. 1, p. 5-23, 10 Maio 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a01.pdf>. Acesso em 14 Out 16.

ROLDÁN, Félix Sanz. *La diplomacia de defensa: una aproximación desde España*. **Arbor CLXV**, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Mar 2000. Disponível em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/982/989>. Acesso em 10 Jan 17.

SEGIB. **Carta cultural iberoamericana**. 2006. Disponível em: <http://segib.org/wp-content/uploads/Carta-cultural-iberoamericana.pdf>. Acesso em 18 Out 16.

_____. *Cumbres Iberoamericanas de Jefes de Estado y de Gobierno. Declaración de Guadalajara, México*. 1991. Disponível em: <http://segib.org/wp-content/uploads/Primera-Cumbre-Iberoamericana-de-Jefes-de-Estado-y-de-Gobierno.pdf>. Acesso em 10 Out 16.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento. 2005. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf>. Acesso em 20 Out 2016.

VELOSO, Javier Álvarez. *Componente educativo en el estamento militar*. In: *La evolución de la Seguridad y Defensa en la Comunidad Iberoamericana. Monografías del CESEDEN*. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. Madri: CESEDEN: Imprenta Ministerio de Defensa, 2008. p. 107-149.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulados

¹ Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3678-conferencia-ibero-americana>. Acesso em 30 Set 16.

² Segundo o Dicionário de Relações Internacionais, em um sistema multipolar, as dinâmicas de aliança são intrinsecamente mais fluidas e poderá haver maior incerteza e menor previsibilidade quanto a alterações de política externa e de alianças. Os Estados poderão envolver-se em hostilidades, no apoio dos seus aliados ou manter-se afastados na expectativa de que os outros não o façam (SOUSA, 2005, pág. 11-12).

³ Declaração de Guadalajara de 19 de julho de 1991.

⁴ Mais informações disponíveis em: www.fundacioncarolina.es/.

⁵ Disponível em www.defensa.gob.es/ceseden/.

⁶ Os Oficiais exercem a função de instrutor, respectivamente nos Departamentos de Cultura e Diplomacia de Defesa e no Departamento de Estratégia.

O comando do marquês de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança

Da “guerra gaúcha” à “guerra estratégica”, mudança de paradigma

Edgley Pereira de Paula*

Introdução

O século XIX é um interessante observatório para se pensar a “Arte da Guerra” nos países da América do Sul, pois será a partir do início desse século que os países, antigas colônias europeias, irão se desvencilhar das amarras metropolitanas e iniciar um processo de construção dos seus projetos de estados nacionais.

Algumas das mais importantes questões que esses jovens estados terão que enfrentar são a busca por definições de fronteiras e a formação de um exército e de uma armada nacionais capazes de garantir os interesses, muitas vezes conflitantes, dessas novas nações.

Acreditamos que nenhum outro objeto ou campo de pesquisa é tão intrínseco à História Militar quanto o estudo das transformações que o modo de pensar e fazer a guerra sofreu em diferentes sociedades e tempos da história. É nesse contexto que procuraremos delimitar como se processava

o modo de fazer a guerra nesse período e como esse modus operandi mudará quando for posto em prática durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Como bem salienta Nelson Werneck Sodré (1968),

Contra o profundo e sólido sistema fortificado que López levantara nas barrancas do Paraguai, já não era suficiente, na sua bravura insofrida, a tropilha gaúcha. Ela poderia, como aconteceu, continuar a ser instrumento importante, mas, instrumento auxiliar (...).¹

Outros autores que trabalharam com o tema já sinalizaram que, durante o conflito, houve uma profunda mudança no modo de fazer a guerra. De fato, é comumente aceita essa tese.

Assim como Sodré (1968) evidencia a questão que a “tropilha gaúcha” não daria conta da campanha, muitos anos depois, quando o tema ganhou novo fôlego na historiografia brasileira, Ricardo Salles (1990),

* Cap QCO (Magistério, História; EsAEx/xx), graduado em História (UERJ/xx), pós-graduado em História Militar Brasileira (UNIRIO/xx), mestre em História Política (UERJ/xx), doutorando em História Contemporânea (Universidade de Coimbra/Portugal), pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEx). Atualmente, serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX).